

O ENSINO DE GEOGRAFIA PARA OS ANOS INICIAS DO ENSINO FUNDAMENTAL: O QUE OS AUTORES PRESCRITIVOS E A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC) SUGEREM?

Helania Martins de Souza¹ - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6364-6998>
Valéria de Oliveira Roque Ascenção² - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5771-4878>

¹ Universidade do Estado de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil, *

² Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, Brasil**

Artigo recebido em 27/09/2022 e aceito em 02/08/2023

RESUMO

Apresentamos neste artigo parte das análises iniciais da revisão bibliográfica pertencente a uma pesquisa de doutoramento em andamento. A pesquisa tem como objetivo identificar os conhecimentos docentes à luz do Conhecimento Pedagógico do Conteúdo (CPC) dos professores que ensinam Geografia no curso de Pedagogia. Nesse artigo apresentamos o que alguns autores, que denominamos no trabalho como prescritivos, juntamente com a Base Nacional Comum Curricular sugerem como indispensáveis para o ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. A partir da análise da prescrição feita pelos autores e o documento da BNCC, pudemos realizar uma aproximação entre o que os autores analisados e a BNCC identificam como indispensável para o ensino de Geografia.

Palavras-chave: Ensino de Geografia; Conteúdos; BNCC.

TEACHING GEOGRAPHY FOR THE BEGINNING YEARS OF ELEMENTARY SCHOOL: WHAT DO THE PRESCRIPTIVE AUTHORS AND THE NATIONAL COMMON CURRICULUM BASE (BNCC) SUGGEST?

ABSTRACT

We present in this article part of the initial analyzes of the literature review belonging to a doctoral research in progress. The research aims to identify the teaching knowledge in the light of the Pedagogical Content Knowledge (CPC) of the teachers who teach Geography in the Pedagogy course. In this article we present what some authors, which we call prescriptive at work, and the National Common Curricular Base suggest as indispensable for the teaching of Geography in the Initial Years of Elementary School. From the analysis of the

* Professora na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) no curso de Pedagogia. E-mail: helania.souza@uemg.br

** Professora Associada I no curso de Geografia do IGC/UFMG. Professora e pesquisadora colaboradora junto ao Núcleo de Ensino e Pesquisas em Educação Geográfica - NEPEG (IESA/UFMG). E-mail: valeriaroque@ufmg.br

prescription made by the authors and the BNCC document, we were able to make an approximation between what the analyzed authors and the BNCC identify as indispensable for the teaching of Geography.

Keywords: Teaching Geography; Contents; BNCC

LA ENSEÑANZA DE LA GEOGRAFÍA PARA LOS PRIMEROS AÑOS DE LA ESCUELA PRIMARIA: ¿QUÉ SUGEREN LOS AUTORES PRESCRIPTIVOS Y LA BASE NACIONAL COMÚN DE CURRÍCULO (BNCC)?

RESUMEN

Presentamos en este artículo parte de los análisis iniciales de la revisión bibliográfica perteneciente a una investigación doctoral en curso. La investigación tiene como objetivo identificar los saberes docentes a la luz del Conocimiento Pedagógico del Contenido (CPC) de los profesores que enseñan Geografía en la carrera de Pedagogía. En este artículo presentamos lo que algunos autores, que denominamos prescriptivos en el trabajo, y la Base Curricular Común Nacional sugieren como indispensables para la enseñanza de la Geografía en los Años Iniciales de la Enseñanza Fundamental. A partir del análisis de la prescripción realizada por los autores y del documento de la BNCC, pudimos realizar una aproximación entre lo que los autores analizados y la BNCC identifican como indispensable para la enseñanza de la Geografía.

Palabras clave: Enseñanza de la Geografía; Contenido; BNCC

INTRODUÇÃO

O campo de pesquisa sobre ensino de Geografia tem se mostrado bastante profícuo nos últimos anos. Nas últimas décadas, têm crescido substancialmente as pesquisas relacionadas ao ensino e à aprendizagem da Geografia com diferentes objetos de estudo (PONSTUSCHKA *et al.*, 2009).

De acordo com Fonseca (2019), em seu artigo sobre o estado da arte das pesquisas em ensino de Geografia publicado em periódicos nacionais em um recorte temporal entre 1957 e 2016, há um avanço desse tipo de pesquisa. Moraes (2019) explicita também sobre a necessidade de publicarmos os nossos estudos no campo do ensino de Geografia, tendo por base um conhecimento profundo e a indicação, a partir das pesquisas realizadas em base de dados, com um maior aprofundamento teórico. A autora também aponta para o aumento das pesquisas no campo do ensino de Geografia. Callai (2010), ao discutir a educação geográfica na formação docente, comenta:

A pesquisa sobre formação de professores de Geografia tem avançado, tanto em número quanto em qualidade nos últimos anos. O fato de estar se tornando uma linha de pesquisa nos cursos de pós-graduação do país tem incentivado esta dimensão da pesquisa em Geografia. (CALLAI, 2010, p.412)

Para discussão neste artigo, foram eleitos autores prescritivos da Geografia que são a base para muitas dessas pesquisas, embasando também a formação de inúmeros estudantes de Geografia,

pesquisadores e professores. Acreditamos que esses autores são o esteio dos profissionais nos níveis Superior, Médio e Fundamental da educação no nosso país. Sendo assim, buscamos nas obras analisadas, de maneira geral, o caminho para se ensinar Geografia. Esse termo “prescritivo” aqui colocado não está no sentido de norma, regra ou preceito. Ele se refere à relevância desses autores em apontar uma direção para ensinar Geografia.

Também nos referimos a conteúdo, embasando-nos na proposição de Basil Bernstein (1971-1975), que aplica o termo conteúdo sendo parte integrante do currículo que é “tudo aquilo que se ocupa no tempo escolar” Bernstein (1988). Elegemos para esse fim: Cavalcanti (2012), Castellar (2006), Straforini (2008), Lessan (2011), Callai (1998) e Pontuschka (2009). Apresentamos também o que a Base Nacional Comum Curricular destaca como fundamental para compor os currículos de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Aqui nos propomos a apresentar o que autores e os documentos oficiais sugerem como caminho para ensinar Geografia.

OS AUTORES PRESCRITIVOS E O QUE NOS É PROPOSTO PARA ENSINAR GEOGRAFIA

Ao iniciarmos nossa jornada como professores, uma inquietação é comum à maioria dos recém ingressos na profissão docente: Quais são os conteúdos relevantes para o ensino-aprendizagem da Geografia? Pontuschka *et al* (2009) apresentam essa inquietação com relação à seleção dos conteúdos para esse fim. As autoras pontuam que, na década de 1960, o geógrafo Pierre George propôs duas noções que se mostraram aptas para abarcar os fenômenos estudados pela Geografia: os conceitos de sítio e o de situação. As autoras caracterizam também essa preocupação na década seguinte:

A partir da segunda metade dos anos 70, os geógrafos brasileiros realizaram reflexões e análises sobre os conceitos básicos de espaço (absoluto, relativo, relacional), território, região, lugar e paisagem, ao mesmo tempo em que desenvolveram, no ensino superior um método para análise espacial (forma, função, estrutura, processo) que também atingiu parte dos professores de Ensino Fundamental e médio. (PONSTUSCHKA, CACETE, PAGANELLI, 2009, p.122)

As autoras destacam que os conceitos fundamentais da Geografia – espaço, território, região e lugar – são atualmente valorizados, assim como os conceitos de paisagem, região e gênero de vida, que desde a Geografia clássica são essenciais ao analisarmos o espaço.

Nesse contexto de identificar o que se ensina, o porquê se ensina e como se ensina, Castellar (2006) traz em seu artigo a preocupação com a construção do conhecimento pelo aluno e propõe,

ancorada nas teorias de aprendizagem e nas epistemologias de aprendizagem, o destaque para os conceitos de lugar, cidade e de cultura urbana:

Mesmo que nas discussões acadêmicas apareçam concepções diferenciadas, a investigação sobre o lugar, a cidade e o urbano é preocupação entre os geógrafos desde a criação dos cursos de Geografia, no início da década de 1934, estruturado a partir da chegada dos professores franceses em São Paulo (como os professores Pierre Monbeig -1934 e Emanuelle de Martonne -1936. (CASTELLAR, 2006, p. 9)

A autora destaca que como metodologia de ensino devemos considerar o espaço de vivência, o cotidiano do aluno como referência concreta: “Nessa perspectiva, estudar a cidade passa a ser um ato educativo e ao mesmo tempo um método de análise dos fenômenos e das relações que a estruturam, como a função” (CASTELLAR, 2006, P. 102).

Um significativo número de professores utiliza-se apenas do livro didático como um tipo de manual que apresenta os conteúdos geográficos em sequência didática a serem trabalhados de forma linear, numa sequência rígida, cumprindo um plano anual de ensino desmembrado em planos mensais, traçando um caminho para que, ao final do ano letivo, o aluno tenha se apropriado do máximo de conteúdo possível sobre a componente curricular da Geografia.

Os documentos oficiais, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e mais recentemente a BNCC, são os parâmetros que norteiam a elaboração dos livros didáticos, seguindo também as especificações curriculares das secretarias de educação na rede de ensino básico no Brasil. Diante do exposto, Cavalcanti (2012, p.132-133), falando sobre o livro didático, informa que “como resultado de investigações, recomenda-se que os professores a usem com autonomia e distanciamento, a fim de que elas sirvam para apoiar o trabalho, não para defini-lo”. Assim, a autora propõe um caminho a ser seguido na busca por essa autonomia.

Para Cavalcanti (2012, p. 134), todos os conteúdos de Geografia servem para responder a alguns questionamentos que são próprios da disciplina: Onde? Por que nesse lugar? Como é esse lugar? O “onde?” cumpre a função de ajudar os alunos a se localizarem no mundo; perguntar “Por que nesse lugar?” torna-se relevante, pois se considera o movimento e desenvolvimento do fenômeno nas suas dinâmicas internas (aspectos ligados diretamente ao fenômeno) e externas (os desdobramentos do fenômeno); “Como é esse lugar?” refere-se à particularidade dos lugares, levando em consideração também suas complexidades. A autora ainda indaga sobre o fenômeno – “Por que ele ocorreu nesse lugar e não em outro?”. Direcionar os conteúdos por questionamentos é uma abordagem peculiar, que difere daquela que apenas apresenta as características de um objeto (CAVALCANTI, 2012, p. 135).

Segundo a autora, o caminho a partir dos questionamentos aponta para pensar geograficamente, para um raciocínio geográfico. Assim resume:

Um modo de pensar que é peculiar, que é específico, que tem sido construído por uma área do conhecimento – esse é o objetivo mais geral de apresentar e trabalhar os conteúdos na Geografia escolar. Essa afirmação tem pretensão de salientar um elemento de extrema relevância para a definição de propostas de ensino, pois o que se afirma é que os conteúdos, os temas, são apresentados ao aluno em situações de ensino como meios de ajudá-los a formar um pensamento peculiar sobre a realidade, na convicção de que esse pensamento contribui para as suas práticas sociais. (CAVALCANTI, 2012, p. 135)

Os conteúdos geográficos possibilitam aos alunos analisarem a realidade em que se vive; o professor é o mediador entre os conteúdos geográficos e os seus alunos. Segundo a autora, ensina-se ao aluno uma das dimensões do real, que é a espacial: “A Geografia é um conhecimento da espacialidade. Seu papel é explicitar a espacialidade das práticas sociais” (CAVALCANTI, 2012, p.136).

A preocupação com a totalidade-mundo exposto por Straforini (2008) para os Anos Iniciais do Ensino Fundamental nos traz uma luz à prática que por muito tempo foi utilizada por nós: a fragmentação das conexões entre o local e o global. O autor aponta a importância de compreendermos o mundo como todo, mas considerarmos que as partes são importantes para essa totalidade. Assim, de maneira sistemática, ensinamos como ponto de partida o conceito de lugar, o espaço imediatamente vivido e percebido pelos alunos; não que essa prática seja incorreta, longe disso, mas que ela seja realizada de maneira a quebrar com a linearidade escalar, dando espaço a uma complementaridade na escala geográfica. Dessa maneira o autor expõe:

Na nossa visão de mundo, a realidade evoca a ideia de totalidade. Não há como conceber o mundo linearmente, estudando as partes: casa, bairro, cidade, estado, país, continente separadamente para depois juntá-los, formando assim o mundo. No atual período histórico, o mundo é fragmentado no sentido de que a globalização produz espaços da globalização, ou seja, os espaços hegemônicos e hegemonzados, os que ditam as ordens e os que as executam. Mas o mundo não é a somatória desses espaços tomados separadamente, mas sim uma totalidade, ou seja, esses espaços só fazem sentido no conjunto da totalidade. (STRAFORINI, 2008, p. 82-83)

O autor ainda destaca como categoria básica para os Anos Iniciais o lugar. Porém, esse lugar deve ser apresentado com toda a sua complexidade: a rapidez com que as informações chegam até nós, professores, chega na mesma proporção para os nossos alunos; os modernos meios de comunicação propiciam essas novas informações cotidianamente. O argumento do autor baseia-se no acesso aos veículos de comunicação trazidos pelos aparelhos de televisão espalhados pelos lares dos alunos em nosso país. Acrescentamos atualmente a internet e as mídias sociais como veículos de informação mais

incisivos e acessíveis ainda, caracterizando, assim, a pertinência da discussão na atualidade. Segundo ele,

Se os sistemas de informações são uma das características ou marcas do período atual, não podemos mais ignorar as mudanças que eles proporcionaram em todas as escalas do cotidiano. A escola e todo o seu corpo teórico-metodológico precisam ser revistos diante da instantaneidade das informações trazidas pelos veículos de informação e mídia, principalmente a televisão que adentra os lares vorazmente, levando todo tipo de informação, seja ela da própria cidade da criança ou de lugares jamais ouvidos falar anteriormente. As emissoras, comandadas pela publicidade, pouco estão preocupadas se a criança constrói o conceito de espaço a partir de suas experiências próximas e muito menos respeitam essa linearidade apreendida na escola. (STRAFORINI, 2008, p.91)

A BNCC, que será discutida a seguir, destaca a importância do raciocínio geográfico para a compreensão do mundo. A autora Lesann (2011), ao discutir sobre o que precisa ser ensinado em Geografia, destaca o desenvolvimento das competências no cotidiano: ela afirma que para isso, no Ensino Fundamental I, há necessidade de se desenvolver um raciocínio baseado em percepções e entendimentos sobre a realidade. A autora destaca que:

O domínio de competências de cunho geográfico passa pela mobilização das habilidades em reconhecer elementos espaciais, identificar esses elementos, ordená-los, classificá-los, compará-los a padrões conhecidos; reconhecer o modelo ao qual correspondem; verificar sua distribuição, repartição, amplitude, organização, intensidade; reconhecer os processos naturais e antrópicos que levam um determinado elemento espacial a apresentar um aspecto específico, no momento, assim como sua evolução no tempo; desenvolver análises espaciais e temporais em escalas diversas. (LESANN, 2011, p. 29)

Identificamos no excerto acima que a autora destaca que, para o domínio das competências geográficas, devemos mobilizar habilidades que estão embasadas nos princípios da Ordem, Analogia ou Comparação e Distribuição elencados na BNCC, além do princípio da Conexão ou Interação. Destacamos também a contribuição que ela traz no tocante à alfabetização significativa, pois ela acredita que haja uma dificuldade por parte de professores em diferenciar as informações e os conceitos geográficos, matemáticos ou ligados à língua portuguesa. Assim, a autora sugere analisar textos didáticos sob o ponto de vista informativo e conceitual; como resultado da análise, os professores conseguem refletir sobre o que deve ser ensinado aos alunos do Ensino Fundamental I.

Sobre os conceitos que devem ser ensinados para a construção de um raciocínio à luz da Geografia, a autora destaca a importância dos conceitos estruturadores: o Espaço; o Tempo; a Escala e a Representação. Sobre a definição do que vem a ser um conceito, a autora destaca que “os conceitos são construídos pela acumulação de noções que são apreendidas ao longo do tempo. Desse modo, um

conceito é pessoal e revelador da cultura e da experiência de vida de casa pessoa. Não é definitivamente adquirido, mas evolui permanentemente” (LESANN, 2011, p. 42).

Ela ainda destaca o caráter imprescindível da construção de uma lógica que permita a construção desses conceitos fundantes, e, ainda, denuncia que “a ausência de um desses conceitos – ou mesmo a sua apreensão deficitária – compromete a qualidade do raciocínio global, de síntese e de generalizações essenciais a autonomia pretendida (LESANN, 2011, p.43).

Callai (1998), em seu artigo que traz a discussão sobre o ensino de Geografia e recortes espaciais para análise, destaca o fenômeno como critério para seleção do que se dever ensinar. Segundo a autora,

Considerando a concepção de Geografia que temos e a opção metodológica que adotamos, o critério para seleção/eleição do que estudar não pode ser um critério físico de delimitação de área. Não pode ser geológico-geomorfológico (os continentes). Não pode ser limite de fronteiras (os países). Pelo contrário, o critério deve estar referido ao tipo de fenômeno. E o que deve definir o que vai ser estudado é um “problema”, uma “problemática”, referente a uma temática, referente a um assunto, e não um espaço delimitado. Essa problemática será situada em um determinado espaço; que é produzido pelos homens. E daí a regionalização dos fenômenos tem a ver com o movimento da sociedade, das relações entre os homens e destes com a natureza. (CALLAI, 1998, p.36)

A autora considera a realidade do aluno como ponto de partida para eleger os conteúdos geográficos que devem ser ensinados, evitando somente a descrição dos lugares ou a fragmentação dos espaços. Callai (1998) afirma que “a Geografia que o aluno estuda deve permitir que ele se perceba como participante do espaço que estuda, onde os fenômenos que ali ocorrem são resultados da vida e do trabalho dos homens e estão inseridos num processo de desenvolvimento”. A escala de análise dos fenômenos é uma preocupação que a autora expõe; para dar conta das explicações dos fenômenos, o professor deve se utilizar dos níveis local, regional e global. A compreensão do fenômeno parte da inter-relação das escalas geográficas; ao falar sobre a escala e o fenômeno, a autora diz que

Os fenômenos acontecem no mundo, mas são localizados temporal e territorialmente em um determinado “local”. Isto quer dizer que fenômenos que acontecem em certos lugares e em determinados períodos têm influências noutros lugares, noutros períodos, inclusive. As explicações, sejam sociais, econômicas ou naturais (no sentido dos espaços físicos), podem ser buscadas no lugar em si, mas não se esgotam neles apenas. (CALLAI, 1998, p.35)

Como anteriormente exposto, elegemos os autores citados pela relevância que esses têm na formação dos futuros professores de Geografia, delineando um caminho teórico-conceitual e metodológico para se ensinar Geografia. A seguir, nos propomos a apresentar a proposta que a BNCC traz para o ensino de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental.

A BNCC E O ENSINO DE GEOGRAFIA NOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Antes de iniciarmos a apresentação sobre os direcionamentos que a BNCC atribui para o ensino de Geografia, apresentamos a proposta de ensino que os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) trouxeram para o ensino de Geografia, levando em conta o caráter consultivo desse documento. O parágrafo inicial do documento traz que “a Geografia estuda as relações entre o processo histórico que regula a formação das sociedades humanas e o funcionamento da natureza, por meio da leitura do espaço geográfico e da paisagem” (BRASIL, 1997, p. 74).

De início, apresentam-se os conceitos de espaço geográfico e paisagem como conceitos fundamentais. Apresenta também a busca pela relação entre o espaço e o tempo, dessa forma:

Na busca dessa abordagem relacional, a Geografia tem que trabalhar com diversas noções espaciais e temporais, bem como os fenômenos sociais, culturais e naturais que são característicos de cada paisagem, para permitir uma compreensão processual e dinâmica de sua constituição. Identificar e relacionar aquilo que na paisagem representa as heranças das sucessivas relações no tempo entre a sociedade e a natureza é um dos seus objetivos. (BRASIL, 1997, p.74)

Nos PCN há o destaque para o espaço geográfico como objeto central de estudo da Geografia; outros conceitos (que no documento denominam de categorias) são indispensáveis ao ensino de Geografia: o território e o lugar. Destacamos aqui uma diferença importante com relação à BNCC: os PCNs apresentam e definem cada um desses conceitos, enquanto na Base os conceitos identificados como fundamentais para ensinar Geografia são apenas citados, sem a preocupação em apresentá-los e defini-los.

Assim, o espaço geográfico, a paisagem, o território e o lugar são os conceitos centrais para o ensino de Geografia nos PCN. Destacamos também a preocupação que o documento traz no tocante às práticas pedagógicas para o ensino, tendo em vista a apresentação e a compreensão dos fenômenos no decorrer do processo de escolarização, para que os alunos “desenvolvam a capacidade de identificar e refletir sobre diferentes aspectos da realidade, compreendendo a relação sociedade-natureza” (BRASIL, 1997, p. 77). Como proposta metodológica para ensinar Geografia, o documento ressalta a importância de realizar

procedimentos de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos fenômenos sociais, culturais ou naturais que compõem a

paisagem e o espaço geográfico, na busca e formulação de hipóteses e explicações das relações, permanências e transformações que aí se encontram em interação. (BRASIL, 1997, p.77)

O documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), promulgado em 2017, possui caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da educação básica (BRASIL, 2017). Antes de iniciarmos a discussão sobre a BNCC e o ensino de Geografia, cabe aqui ressaltar que não iremos nos debruçar sobre uma crítica ao documento, mas objetivamos apresentar como a Base dialoga com a Geografia para compor os currículos e essas aprendizagens essenciais a todos os alunos da educação básica no Brasil. Conforme levantamentos preliminares, vários autores se incumbiram desse trabalho de crítica ao documento. Destacamos, dentre eles: Giroto (2017); Costa (2020); Costa, Rodrigues e Stribel (2019); Guimarães (2018) e Couto (2017). Objetivamos apresentar aqui, a partir do documento, o que se pretende ensinar de Geografia nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, do que os professores precisam apropriar sobre conceitos, princípios, conteúdos e metodologias para ensinar Geografia.

A BNCC o e o campo das Ciências Humanas

A BNCC apresenta-se como uma “proposta curricular com foco no raciocínio geográfico e orientado para o estudo da situação geográfica através de abordagens pedagógicas investigativas” (ASCENÇÃO, 2020, p.184).

No documento, a área de Ciências Humanas traz como conceitos fundamentais o espaço e o tempo, levando em consideração o desenvolvimento das categorias de cognição e contexto elaboradas a partir de uma circunstância histórica específica, pela diversidade humana e pelo acolhimento à diferença (BRASIL, 2017). Assim, propõe-se a mobilização do raciocínio espaço-temporal, que, segundo o documento,

Baseia-se na ideia de que o ser humano produz o espaço em que vive, apropriando-se dele em determinada circunstância histórica. A capacidade de identificação dessa circunstância impõe-se como condição para que o ser humano compreenda, interprete e avalie, os significados das ações realizadas no passado e no presente, o que o torna responsável tanto pelo saber produzido tanto pelo controle dos fenômenos naturais e histórico dos quais é agente. (BRASIL, 2017, p. 353)

No documento é explicitado também o conceito de Movimento junto aos conceitos de Espaço e Tempo; aqui destacamos essa característica subjetiva da Base. O movimento entendemos como uma

inter-relação entre a sociedade e a natureza, entre a sociedade e a construção do espaço geográfico e estes entre o tempo como processo. Os componentes curriculares da área de Ciências Humanas são Geografia e História; a BNCC, objetivando garantir o percurso de aprendizagem contínuo, procedeu à divisão dos componentes por áreas do conhecimento, unidades temáticas, objetos de conhecimento e habilidades.

Os conceitos fundamentais da Geografia para a BNCC

No componente da Geografia no texto introdutório das Ciências Humanas, o destaque é para o conceito de lugar e os espaços, vividos, concebidos e percebidos como categorias indispensáveis à leitura da distribuição dos fenômenos e lugares no território, ao reconhecimento dos objetos e à compreensão do arranjo desses objetos no plano espacial.

Para o Ensino Fundamental I (Anos Iniciais) destaca-se também o conceito de espaço biográfico, que no documento é também compreendido como espaço vivido, “que se relaciona com as experiências dos alunos em seus lugares de vivência” (BRASIL, 2017, p.355). Nesse período, o documento destaca a importância do desenvolvimento da capacidade de observação e compreensão dos elementos da paisagem (BRASIL, 2017, p.355). Nesse contexto que apresenta as Ciências Humanas no componente da Geografia, há uma forte influência daquilo que está disposto nos PCN; acreditamos que houve um avanço na discussão de como e o que se deve ensinar de Geografia na Base, com a introdução dos conceitos, dos princípios e do raciocínio geográfico.

Os conceitos de Espaço, Paisagem, Lugar, Região e Território estão elencados no documento como fundamentais, e, ainda que o espaço seja destacado como o principal, os demais conceitos são de suma importância para a compreensão dos fenômenos em escalas variadas. Embora a base não discuta cada um desses conceitos, entendemos que o professor na sua prática busque os autores que atendam à melhor definição de cada um para trabalhar em sala de aula. O documento destaca que

Essa é a grande contribuição da Geografia aos alunos da Educação Básica: desenvolver o pensamento espacial, estimulando o raciocínio geográfico para representar e interpretar o mundo em permanente transformação e relacionando componentes da sociedade e da natureza. Para tanto, é necessário assegurar a apropriação de conceitos para o domínio do conhecimento fático (com destaque para os acontecimentos que podem ser observados e localizados no tempo e no espaço) e para o exercício da cidadania. (BRASIL, 2017, p.360)

Os princípios da Geografia

Outro avanço que ao nosso ver a BNCC traz é no tocante aos princípios da Ciência Geográfica. No bojo da Ciência Geográfica, o pensamento geográfico se sustentou nos princípios que foram elaborados no seu processo de constituição da própria ciência: “estes princípios, formulados a partir da pesquisa de campo, seriam conhecimentos definitivos sobre o universo de análise, que o geógrafo não poderia deixar de lado em seus estudos” (MORAES, 1999, p.25).

Os princípios, segundo Moraes (1999), definiam o que realmente poderia ser considerado como um estudo verdadeiramente geográfico. Alguns desses princípios são, a saber:

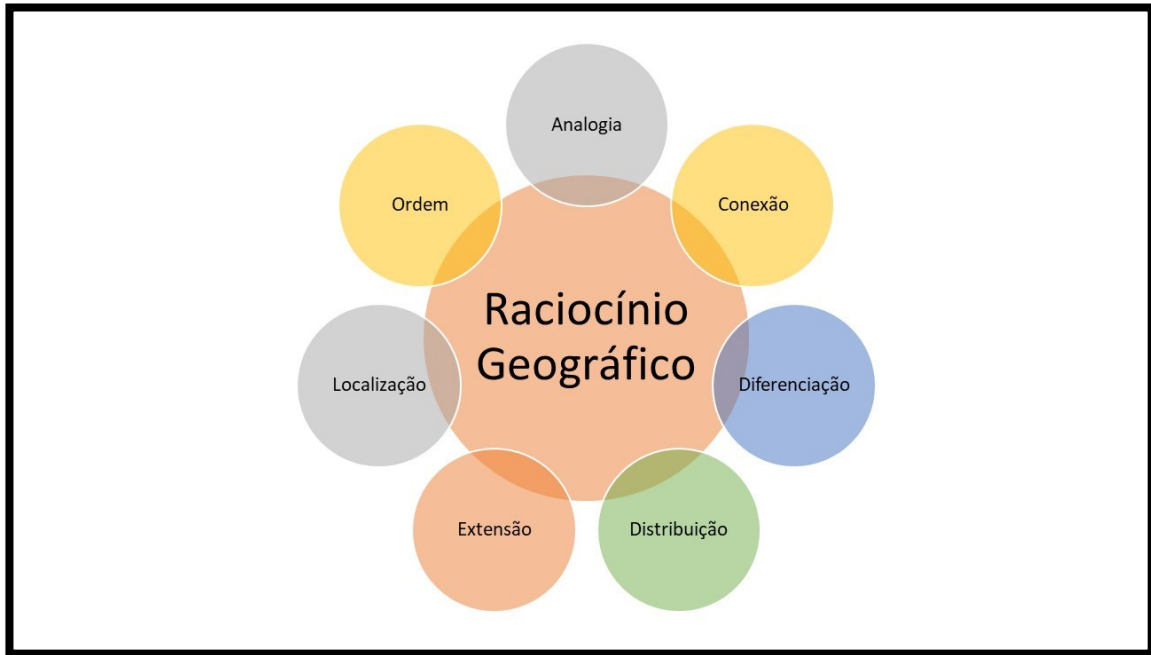
Princípio da unidade terrestre – a Terra é um todo, que só pode ser compreendido numa visão de conjunto; o princípio da individualidade – cada lugar tem uma feição, que lhe é própria e que não se reproduz de modo igual em outro lugar; o princípio da atividade – tudo na natureza está em constante dinamismo; o princípio da conexão – todos os elementos da superfície terrestre e de todos os lugares se inter-relacionam; o princípio da comparação – a diversidade dos lugares só pode ser apreendida pela contraposição das individualidades; o princípio da extensão – todo fenômeno manifesta-se numa porção variável do planeta; o princípio da localização – a manifestação de todo fenômeno é passível de ser delimitada. (MORAIS, 1999, p.25-26)

A BNCC resgata alguns desses princípios e introduz novos; ela justifica que esses princípios são indispensáveis à mobilização do Raciocínio Geográfico. O documento não deixa claro sobre como devemos trabalhar o conhecimento para chegarmos ao raciocínio geográfico em consonância com o pensamento espacial.

O Pensamento Espacial e o Raciocínio Geográfico

A BNCC nos dá a ideia de que o pensamento espacial permite exercitar o raciocínio geográfico por meio da compreensão de sete princípios, que juntamente aos conceitos propiciarão a leitura e compreensão do mundo pela, mobilizando, assim, o raciocínio geográfico entre os alunos. Os princípios eleitos pela BNCC para esse fim são os seguintes:

Figura. 1 – Os princípios didáticos para o Raciocínio Geográfico – BNCC



Fonte: Elaborado pelas autoras.

A BNCC traz com cuidado a descrição de cada princípio, tendo como base o quadro com os princípios do raciocínio geográfico:

Tabela. 1 – Os princípios da Geografia de acordo com a BNCC

ANALOGIA	Um fenômeno geográfico sempre é comparável a outros. A identificação das semelhanças entre fenômenos geográficos é o início da compreensão da unidade terrestre.
CONEXÃO	Um fenômeno geográfico nunca acontece isoladamente, mas sempre em interação com outros fenômenos próximos ou distantes.
DIFERENCIAÇÃO	É a variação dos fenômenos de interesse da Geografia pela superfície terrestre (por exemplo, o clima), resultando na diferença entre áreas.
DISTRIBUIÇÃO	Exprime como os objetos se repartem pelo espaço.
EXTENSÃO	Espaço finito e contínuo delimitado pela ocorrência do fenômeno geográfico.

LOCALIZAÇÃO	Posição particular de um objeto na superfície terrestre. A localização pode ser absoluta (definida por um sistema de coordenadas geográficas) ou relativa (expressa por meio de relações espaciais topológicas ou por interações espaciais).
ORDEM	Ordem ou arranjo espacial é o princípio geográfico de maior complexidade. Refere-se ao modo de estruturação do espaço de acordo com as regras da própria sociedade que o produziu.

Fonte: Base Nacional Comum Curricular, 2017.

No documento, o pensamento espacial está associado com o “desenvolvimento intelectual que integra conhecimentos não somente da Geografia, mas também de outras áreas (como Matemática, Ciência, Arte e Literatura)” (BRASIL, 2017, p. 357). Castellar (2017) nos chama a atenção para a importância de uma base consolidada que os pedagogos e licenciados em Geografia devem ter, relacionada à compreensão das categorias de espaço e tempo, como indispensável à compreensão de ler mapas e interpretar situações do cotidiano.

O espaço como categoria necessita do desenvolvimento do pensamento espacial. Este, por sua vez, é complexo, requer, observar, comparar, relacionar, analisar e elaborar crítica” (CASTELLAR, 2017, p.210). Concordamos com a autora, pois acreditamos que somente uma base consolidada para os pedagogos e professores de Geografia, propiciará a compreensão desses conceitos por parte dos alunos no Ensino Fundamental I. A autora destaca três campos do conhecimento que possibilitam a construção do pensamento espacial: representação espacial; conceitos de relação espacial e processo cognitivo. Esses campos são partes constituintes do raciocínio geográfico.

A BNCC não deixa claro o que vem a ser o Raciocínio Geográfico e como dever ocorrer a mobilização dele pelos professores para promover a leitura do mundo pelos alunos. Porém, vários autores se debruçam sobre o tema e constroem uma episteme sobre o conceito. Castellar (2020) também destaca mais dois campos do conhecimento que são indispensáveis à formação do raciocínio geográfico. São eles: as categorias e princípios e a situação geográfica. Desse modo, “são cinco os campos de conhecimento para desenvolver o raciocínio geográfico: (1) os processos cognitivos, (2) os conceitos de relações espaciais, (3) a representação espacial, (4) as categorias e princípios geográficos e (5) a situação geográfica” (CASTELAR, 2020, p.300).

Segundo Ascensão *et al* (2018), quando se interpreta a espacialidade do fenômeno, estamos mobilizando o raciocínio geográfico. Para os autores,

A espacialidade do fenômeno seria, pois, decorrente das relações de interdependência entre localização, descrição e interpretação de processos, considerando sua escala de abrangência, as temporalidades que o constituem, o espaço em que ocorrem. Ao compreender uma dada

espacialidade poderíamos responder em qual medida um fenômeno atua na produção de um espaço e, dialeticamente, de que modo um espaço atua na decorrência de um fenômeno. (ASCENÇÃO ET AL, 2018, p.39)

Para a interpretação da espacialidade do fenômeno, temos como base os conceitos fundantes (espaço, tempo, escala e processo) e o tripé metodológico (localizar, descrever e interpretar) como conceitos estruturadores. Assim, para esses autores o raciocínio geográfico constitui mecanismo para o desenvolvimento de processo intelectual de fazer inferências e analogias dos fenômenos espaciais orientados pelos conceitos fundantes e estruturadores da Geografia.

Os esforços desses autores vão ao encontro da preocupação em formular uma proposta clara e concisa sobre o raciocínio geográfico, consistindo em localizar, identificar, analisar, descrever e representar os diversos fenômenos naturais e humanos pela Geografia. Gomes (2017) destaca:

Nós, geógrafos, precisamos, no diálogo com outros campos do conhecimento, ter claramente estabelecida a justificativa do valor do raciocínio geográfico para apresentar o seu alcance, sua abrangência e sua importância. Só assim conquistamos com autonomia autoridade para falar. (GOMES, 2017, p.144)

O autor defende a sofisticação do raciocínio geográfico; uma simples pergunta como o porquê da localização das coisas desencadeia uma série de processos explicativos que envolvem uma rede de conhecimentos sólidos para respondê-la: “O raciocínio geográfico, por força de sua pergunta fundadora – por que isso está onde está? -, é levado a conectar elementos muito diversos que são necessariamente tomados juntos pelo fato de ali se apresentarem” (GOMES, 2017, p.145). Para o autor, a simplicidade da pergunta resulta num sofisticado sistema de cognição e conhecimento que permite formular respostas para a compreensão do mundo onde vivemos.

A situação geográfica

A descrição para a Geografia fez parte da sua consolidação como ciência, desde a Geografia tradicional que se utilizava da descrição das paisagens e da diferenciação das áreas. A BNCC propõe a superação do ensino de Geografia meramente descritivo, a partir da apropriação dos conceitos e das generalizações; estes, por sua vez, possibilitam novas formas de percepção e compreensão dos fenômenos mundiais (BRASIL,2017).

Para promover essa leitura do mundo pela Geografia, a BNCC propôs, para garantir uma progressão das habilidades durante o Ensino Fundamental I, a divisão do componente em cinco unidades temáticas: O sujeito e seu lugar no mundo; Conexões e escalas; Mundo do trabalho; Formas

de representação e Pensamento espacial; e Natureza, ambientes e qualidade de vida. No documento, a descrição dessas unidades preconiza que

No Ensino Fundamental I – Anos Iniciais, as crianças devem ser desafiadas a reconhecer e comparar as realidades de diversos lugares de vivência, assim como suas semelhanças e diferenças socioespaciais, e a identificar a presença ou ausência de equipamentos públicos e serviços básicos essenciais (como transporte, segurança, saúde e educação). (BRASIL, 2017, p.364)

Para atender à abordagem das propostas das unidades pela BNCC, o documento prevê que deve ser realizada a partir da análise de situações, resultando na caracterização de aspectos fundamentais de um lugar na sua relação com outros lugares. A situação geográfica torna-se o procedimento capaz de promover os estudos e a aprendizagens dos objetos de aprendizagem pelos alunos. Os objetos de conhecimento são os conteúdos, conceitos e processos que, organizados em diferentes unidades temáticas, propiciam o desenvolvimento de competências e habilidades específicas no campo para o ensino de Geografia.

Assim, a Base indica a situação geográfica como forma-conteúdo para interpretação da realidade socioespacial; é uma concepção metodológica que permite o desenvolvimento da formação dos sujeitos pela Geografia. Ascensão (2020) traz o seguinte entendimento:

Vejam! A BNCC toma a situação geográfica como fonte para o desenvolvimento de perguntas geográficas. O desenvolvimento de tais questões é basilar, visto a base apostar numa proposta pedagógica baseada na aprendizagem por investigação. Uma vez identificada uma situação geográfica, serão articuladas Unidades Temáticas, Objetos de Conhecimentos e Habilidades com o fim de interpretação da pergunta elaborada. Aqui está o conteúdo! Categorias e conceitos são instrumentos que nos levam à interpretação pretendida, ao mesmo tempo em que são aprendidos considerando as interações que sofrem em uma dada situação geográfica. Repito! É neste caminho metodológico que se constitui o conteúdo geográfico pretendido pela base. (ASCENÇÃO, 2020, p.187)

No documento, afirma-se que a situação geográfica não é apenas um pedaço do território, uma forma contínua, mas um conjunto de relações (BRASIL,2017). A situação como instrumento metodológico é entendida por Silveira (1999) como

Construção histórica e concreta, uma situação é, sobretudo, um instrumento metodológico, fértil para abrigar, num esquema lógico e coerente, os conteúdos do espaço geográfico a cada momento, atualizando assim os conceitos. E, por isso, ela exige um esforço de seleção e hierarquização das variáveis numa estrutura significativa do real em cada período histórico, (SILVEIRA, 1999, p.27)

Apresentamos os novos rumos que a Base Nacional Comum Curricular trouxe para o ensino-aprendizagem da Geografia no Ensino Fundamental I, desde a retomada dos princípios aos conceitos fundamentais, perpassando o pensamento espacial, o raciocínio geográfico e a situação geográfica como instrumento metodológico.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos aqui o esforço dos autores que, ao longo de pesquisas, estudos e de seus processos formativos contribuem para a formação de professores e para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de Geografia. Num último esforço de apresentação da relevante contribuição desses autores, exemplificamos um questionamento feito aos alunos em sala de aula do componente curricular de Geografia, no qual mobilizamos competências e habilidades que os alunos devem se apropriar ao longo da sua formação escolar.

A proposta apresentada pela BNCC pretende possibilitar ao aluno ler o mundo pela Geografia. Ao mostrar um caderno em sala de aula, o professor faz a seguinte indagação: o que vocês estão vendo em minhas mãos? A resposta será imediata: o caderno! Sim, responde a(o) professora(o). Porém ela/ele indaga novamente, o que vocês veem em minhas mãos? Quais são as partes que constituem esse caderno? Os alunos respondem: capa, folhas, arame, figuras...E, finalmente, um ou alguns alunos respondem: eu vejo uma árvore! Outro diz: vejo um rio.

A partir desse momento, o professor por meio de uma pergunta simples mobiliza uma série de questões para a turma, envolvendo os princípios, os conceitos, a compreensão sobre a espacialidade do fenômeno, a questão da escala, mobilizando assim o raciocínio geográfico e permitindo ao aluno a leitura e interpretação do mundo e dos fenômenos pela Geografia. A resposta dada pelo professor possibilitará ao aluno compreender os processos de transformação da natureza pelo homem, a construção/destruição de paisagens, os diferentes meios de transportes e as redes que possibilitam a produção, distribuição, circulação e o consumo de mercadorias. Destarte, compreender como ao consumir o caderno localmente, este caderno pode ter sido produzido em outro lugar (que com seguridade oferece mão de obra mais barata e os recursos naturais indispensáveis à produção). Que o rio citado como resposta pelo aluno pode ter sido o caminho percorrido por uma embarcação para transportar o caderno, a água pode ter sido utilizada no processo de produção, bem como o transporte pode ter sido feito via oceanos.

Permite compreender também que a comercialização desse caderno implica numa série de questões que vai desde o comércio à geração de empregos. Que muitas paisagens naturais – como as

florestas – foram devastadas para servirem como matéria-prima para confecção do caderno, e que esse desmatamento ocasiona mudanças em escalas: local, regional e global. Que o arame citado pelos alunos é produto da mineração e da produção industrial que causam danos nocivos ao meio ambiente. E finalmente, mas não esgotando a exemplificação do professor e a resposta esperada pelos alunos, a compreensão que o caderno é a materialização/transformação da natureza num produto, que foi originado a partir do trabalho humano. Os professores nas suas aulas de Geografia devem proporcionar a mobilização de problematização, observação, registro, descrição, documentação, representação e pesquisa dos diversos fenômenos sociais, culturais e sociais, expostos aqui por Lesann (2011).

Assim destacamos que as contribuições dos autores com relação ao ensino de Geografia se alicerça na compreensão e apreensão dos conceitos fundantes e estruturantes da Geografia, nas teorias e epistemologias da aprendizagem, na importância da localização da ocorrência dos fenômenos e suas particularidades, na compreensão da espacialidade dos fenômenos e das práticas sociais ocorridas neles. A preocupação com a compreensão da escala e a totalidade do mundo que reverbera no local e vice-versa, buscando romper com a fragmentação e linearidade escalar para compreensão dos fenômenos.

Coube à Base Nacional Comum Curricular propor a mobilização do pensamento espacial e do raciocínio geográfico, destacando os princípios de ordem, analogia, distribuição, localização, diferenciação e extensão; pelos conceitos de espaço, paisagem, região, lugar e território; pela situação geográfica e a compreensão da espacialidade do fenômeno.

REFERÊNCIAS

ASCENÇÃO, V. de O. R.; VALADÃO, R. C.; SILVA, P. A. da. Do uso pedagógico dos mapas ao exercício do Raciocínio Geográfico. **Boletim Paulista de Geografia**, [S. l.], v. 99, p. 34–51, 2018. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/index.php/boletim-paulista/article/view/1465>. Acesso em: 21 jun. 2022.

BRASIL. Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017.

BRASIL, Ministério da Educação, (1997). Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Brasília, MEC/SEF. 2017.

BERNSTEIN, *Basil*. **Class, codes and control**. London: Routledge: K. Paul, 1971-1975. 3 v.

CALLAI, H.C. A Geografia é ensinada nos anos iniciais? Aprende-se Geografia nos anos iniciais? In: Castrogiovanni, Antonio Carlos ... [et al.]; organizadores Ivaine Tonini ... [et al.]. – **O ensino de Geografia e suas composições curriculares**. Porto Alegre: Mediação, 2014.

CALLAI, H.C. **Aprendendo a ler o mundo: a Geografia nos anos iniciais do Ensino Fundamental**. Cad. Cedes, Campinas, v. 25, n. 66, p. 227-247, maio/ago. 2005.

CALLAI, H.C. O ensino de Geografia: recortes espaciais para análise. In: CASTROGIOVANNI, A.C. et ali (org) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: AGB, Seção Porto Alegre, 1998.

CAVALCANTI, Lana de Souza. **A Geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de Geografia para a vida urbana cotidiana** / Lana de Souza Cavalcanti. – Campinas. SP: Papyrus, 2008. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico)

CAVALCANTI, Lana de Souza. **O ensino de Geografia na escola** / Lana de Souza Cavalcanti – Campinas, SP: Papyrus, 2012. – (Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico).

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social** / Lana de Souza. – Goiânia: C&A Alfa Comunicação, 2019. 232p.

CASTROGIOVANNI, A.C. et ali (org) **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões**. Porto Alegre: AGB, Seção Porto Alegre, 1998.

COSTA, H. H. C. “SERÍAMOS A POLÍTICA QUE CRITICAMOS?”: a interlocução do povo da Geografia na produção da BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 125–152, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v10i19.913. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/913>. Acesso em: 01 jul. 2022.

COSTA, H. H. C.; RODRIGUES, P. F.; STRIBEL, G. P. TEORIA CURRICULAR E GEOGRAFIA: convites à reflexão sobre a BNCC. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 9, n. 17, p. 86–108, 2019. DOI: 10.46789/edugeo.v9i17.578. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/578>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COUTO, M. A. C. BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR - BNCC COMPONENTE CURRICULAR: GEOGRAFIA. **Revista da ANPEGE**, [S. l.], v. 12, n. 19, p. 183–203, 2017. DOI: 10.5418/RA2016.1219.0008. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6379>. Acesso em: 20 jul. 2022.

DE MORAES, Jerusa Vilhena. AS PESQUISAS EM ENSINO DE GEOGRAFIA NO BRASIL: PARA ONDE DEVEMOS IR?. **Revista Signos Geográficos**, v. 1, p. 16-16, 2019.

FONSECA, R. L. O Estado da Arte das Pesquisas em Ensino de Geografia Publicadas em Periódicos Nacionais: perspectivas e tendências. **Caderno de Geografia**, v. 29, n. 59, p. 1201-1232, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2318 - 2962.2019v29 n59p1201>

GIROTTI, Eduardo Donizeti. DOS PCNS A BNCC: O ENSINO DE GEOGRAFIA SOB O DOMÍNIO NEOLIBERAL / FROM PCNS TO BNCC: THE GEOGRAPHY TEACHING UNDER THE NEOLIBERAL DOMAIN. **Geo UERJ**, [S.l.], n. 30, p. 419-439, out. 2016. ISSN 1981-9021. Disponível em: <<https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/geouerj/article/view/23781>>. Acesso em: 15 mai. 2022. doi:<https://doi.org/10.12957/geouerj.2017.23781>.

GUIMARÃES, Iara Vieira. Ensinar e aprender Geografia na base nacional comum curricular (BNCC). **Ensino em Re-vista**, v. 25, n. 4, p. 1036-1055, 2018. [https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo da Educacao Superior 2019.pdf](https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf) Censo do Ensino Superior 2019 <https://revistas.ufg.br/signos/article/view/58902/33249>

LESANN, Janine, 1950 – **Geografia no ensino fundamental I** / Janine Lesann. – Belo Horizonte, MG : Fino Traço, 2011.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia. Pequena história crítica.** . São Paulo: Hucitec. . Acesso em: 16 jul. 2022. , 1994.

PONTUSCHKA, NídiaNacib. **Para ensinar e aprender Geografia** / NídiaNacibPontuschka, TomokoIydaPaganelli, NúriaHanglei Cacete. – 3^aed. – São Paulo: Cortez, 2009. – (Coleção docência em formação. Série Ensino Fundamental)

PONTUSCHKA, NídiaNacib. ; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. **Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa** / organizadores NídiaNacibPontuschka, Ariovaldo Umbelino de Oliveira. 4. Ed., 1^a reimpressão. – São Paulo: Contexto,2013.

ROQUE ASCENÇÃO, V. de O. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E A PRODUÇÃO DE PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA A GEOGRAFIA ESCOLAR: desdobramentos na formação docente. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 173–197, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v10i19.915. Disponível em: <https://www.revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/915>. Acesso em: 02 set. 2022.

STRAFORINI, Rafael. **Ensinar Geografia: o desafio da totalidade-mundo nas séries iniciais** / Rafael Straforini – 2^a edição. São Paulo: Annablume, 2008. 190p; 11,5 x 20cm

VANZELLA CASTELLAR, S. M.; DE PAULA, I. R. O PAPEL DO PENSAMENTO ESPACIAL NA CONSTRUÇÃO DO RACIOCÍNIO GEOGRÁFICO. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 294–322, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v10i19.922. Disponível em: <https://revistaedugeo.com.br/revistaedugeo/article/view/922>. Acesso em: 21 jul. 2022.